

# **A Política de Desenvolvimento da União Europeia e o seu contributo às políticas de emprego e proteção social nos PALOP e TL**

**Fernando Frutuoso de Melo**

**Diretor-Geral**

**Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento**

**Comissão Europeia**

## **RESUMO DO ARTIGO EM 3 PARAGRAFOS**

A cooperação internacional e o desenvolvimento constituem um elemento central da política externa da União Europeia (UE), sendo a erradicação da pobreza, o crescimento inclusivo e o combate das desigualdades a sua principal prioridade. A UE apoia o desenvolvimento dos parceiros desde o Tratado de Roma, alargando gradualmente até cooperar atualmente com cerca de 160 países no mundo inteiro. Hoje a UE (incluindo os 28 Estados Membros) é o maior doador a nível mundial de ajuda para o desenvolvimento.

2015 - Ano Europeu para o Desenvolvimento - é um ano determinante visto que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) chegam ao seu termo e será feito o balanço dos resultados alcançados. A comunidade internacional vai-se reunir para decidir em conjunto o novo plano de ação para erradicar a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e combater as alterações climáticas. A UE continuará a desempenhar um papel proeminente na definição do quadro de desenvolvimento pós-2015, os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*.

A UE tem vindo a apoiar cada um dos 5 países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) - Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe assim como Timor-Leste - de maneira continua e estruturada. Além do apoio proporcionado a cada país, a UE também colabora desde 1992 com os PALOP e Timor Leste (que se juntou em 2007) através dum programa específico que beneficia o Grupo no seu conjunto. O contributo da política de desenvolvimento da UE às políticas de emprego e proteção social nos PALOP e Timor-Leste fazem parte da estratégia e objetivo global de apoio à erradicação da pobreza e crescimento económico inclusivo.

## **A cooperação ao Desenvolvimento – uma prioridade para a UE**

O mundo, e, em particular, o mundo em desenvolvimento está a evoluir a um ritmo acelerado. O PIB mundial aumentou um terço desde 2000, mas esse aumento foi produzido principalmente pelos países em desenvolvimento, que são responsáveis por 70% do crescimento mundial nos últimos dez anos. Assim, desde 2000, o PIB da África Subsariana aumentou 84% o que faz que seja atualmente o continente com a taxa de crescimento económico mais rápida e a população mais jovem. Como resultado previsível, assistimos hoje a uma transferência significativa de influência e de centro de gravidade dos poderes, a nível político e a nível dos mercados, dos países desenvolvidos para os países emergentes e os países menos desenvolvidos. Há cinquenta anos, as economias emergentes e em desenvolvimento representavam apenas 25% do PIB mundial, hoje em dia esse valor é de 50% e será provavelmente superior a 66% durante a próxima década. Estes dados positivos demonstram que a cooperação para o desenvolvimento é mais do que uma questão de solidariedade mas consiste também em investir num futuro mais vantajoso para todos.

Para a política externa da União Europeia (UE), a cooperação internacional e desenvolvimento reveste-se de importância primordial. Desde a sua fundação, a UE tem apoiado o desenvolvimento das regiões parceiras - inicialmente centrada no grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)<sup>1</sup> alargando gradualmente a sua rede de relações, até cooperar atualmente com cerca de 160 países no mundo inteiro.

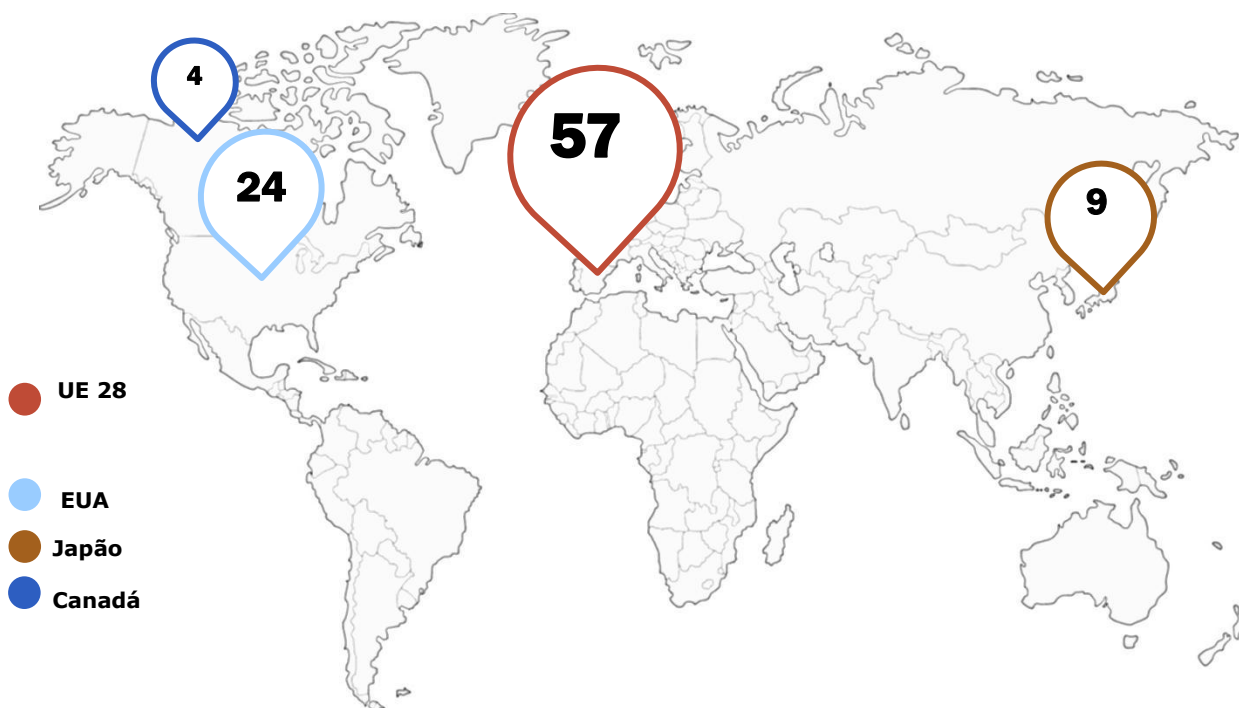
Hoje a UE é o maior doador a nível mundial de ajuda para o desenvolvimento. Em conjunto com os seus Estados-Membros, a União fornece mais de metade da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) a nível global. O principal objetivo da política europeia de desenvolvimento é a erradicação da pobreza tal como consagrado no artigo 21º do Tratado da União Europeia. A este objetivo juntam-se outros, como a defesa dos direitos humanos e da democracia, apoio à estabilidade política, promoção da igualdade entre homens e mulheres, apoio a mecanismos para a geração de emprego, proteção social, crescimento inclusivo e, mais recentemente, a resolução de desafios ambientais e climáticos.

---

<sup>2</sup> O Tratado de Roma (1957) já previa a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento para prestar assistência às colónias e territórios ultramarinos. O atual Acordo ACP-CE foi assinado a 23 de junho de 2000, em Cotonu, no Benim, por um período de 20 anos (2000-2020) com os objetivos principais de redução da pobreza (e, a prazo, a sua erradicação) e a integração progressiva dos países ACP na economia mundial. A abordagem do acordo teve como finalidade reforçar a dimensão política, assegurar uma nova flexibilidade e conceder mais responsabilidades aos Estados ACP.

### *A UE: o maior doador mundial*

*desembolsos líquidos no âmbito da APD em 2013 (em mil milhões Euros)<sup>2</sup>*



No seguimento da Declaração de Paris da OCDE de 2005, a UE integrou nas suas políticas as medidas adotadas pela comunidade internacional para promover a autonomia, a harmonização, o alinhamento, os resultados e a prestação de contas mútuas no quadro da ajuda ao desenvolvimento. Este esforço traduziu-se na consolidação da «*Agenda para a Mudança*», adotada pela UE em 2011. Um primeiro balanço da contribuição da UE para a luta mundial contra a pobreza, feito em 2013 (ver imagem infra), demonstrou o contributo da UE para a redução da pobreza no mundo e no apoio à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), melhorando assim a vida de milhões de pessoas. Por exemplo, a ajuda ao desenvolvimento externo da UE desde 2004 permitiu o acesso a uma melhor água potável a mais de 70 milhões de pessoas, ou seja, 7 vezes a população de Portugal, 14 milhões de crianças puderam frequentar um estabelecimento de ensino primário e mais de 46 milhões de pessoas receberam ajuda para garantir a sua segurança alimentar. Também foram efetuados enormes progressos na luta contra o VIH (Sida), a malária e a tuberculose.

<sup>2</sup> Os dados referentes a 2014 estão atualmente a ser compilados.

## Contribuição da EU para os ODM – Principais resultados dos programas da CE 2004-2012



### 2015 o Ano Europeu para o Desenvolvimento e o novo paradigma da Cooperação

É uma grande honra para a Direção Geral que dirijo o facto de 2015 ter sido designado Ano Europeu para o Desenvolvimento. Pela primeira vez um Ano Europeu tem por tema a política internacional de desenvolvimento da União Europeia. Trata-se de um ano determinante visto que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio chegam ao seu termo e que o balanço dos resultados alcançados será feito. Também é o ano em que a comunidade internacional, tendo em conta os resultados positivos alcançados assim como os que ainda ficaram aquém dos objetivos, se reunirá para decidir em conjunto um novo plano de ação para erradicar a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e combater as alterações climáticas. Na verdade, para alcançar estes objetivos há ainda muito por fazer, será necessário não só recursos financeiros mas a vontade política de todos. A UE está empenhada em continuar a desempenhar um papel proeminente na definição do quadro de desenvolvimento que deverá suceder aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) após 2015, já designados os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*.

O *Ano Europeu do desenvolvimento* pretende implicar os cidadãos da UE, em especial os jovens, no debate sobre *o nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro*. O objetivo final sendo de os tornar conscientes do papel que a Europa desempenha no mundo e como eles podem beneficiar da cooperação para o desenvolvimento, neste mundo cada vez mais interconectado.

Gostaria de salientar que foi com enorme satisfação que constatei, ao analisar os resultados do inquérito Eurobarómetro efetuado em Outubro 2014, junto aos cidadãos dos 28 países da UE, que 93% dos inqueridos em Portugal disseram que ajudar as pessoas nos países em desenvolvimento é importante e que 79% afirmaram que a luta contra a pobreza nesses países deve ser uma das principais prioridades da UE. Estes resultados representam uma enorme motivação para continuar e duplicar os nossos esforços visto ser um reconhecimento de mais alta importância do mandato da minha DG e do impacto que tem o nosso trabalho nas vidas de todos nós.

*Novo paradigma, novos desafios.* É necessário lembrar que o cenário mundial mudou nos últimos anos e que, apesar de algumas economias emergentes e em desenvolvimento conhecerem um crescimento económico de relevo, como detalhado no princípio deste artigo, estes enfrentam ainda níveis elevados e crescentes de desigualdade. O que significa que mesmo se há mais riqueza, há uma parte importante da população que não chega a beneficiar dela. Neste contexto, a UE publicou no passado dia 5 de Fevereiro uma Comunicação intitulada "Uma parceria global para erradicar a pobreza e assegurar o desenvolvimento sustentável pós-2015"<sup>3</sup>. Nesta comunicação, a UE defende que o novo quadro de desenvolvimento pós-2015 deve transcender os mecanismos tradicionais de cooperação assentando numa parceria entre todos os países, para além de contar com a participação da sociedade civil e do setor privado. A erradicação da pobreza, o crescimento inclusivo e o combate das desigualdades continuará a ser a principal prioridade da agenda de desenvolvimento global abordando os pilares interconectados da sustentabilidade económica, ecológica e social, bem como a parceria global reforçada.

### **Cooperação com o Grupo PALOP-TL**

No contexto da ajuda para o desenvolvimento aos Países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), baseada no acordo de Lomé substituída em 2000 pelo acordo de Cotonu, e financiada através dos sucessivos Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED), a UE tem vindo a apoiar individualmente os 5 países africanos de língua oficial portuguesa - Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - assim como Timor-Leste,

---

<sup>3</sup> *A Global Partnership for Poverty Eradication and Sustainable Development after 2015* : Comunicação, de 5 de Fevereiro 2015, elaborada em conjunto por Federica Mogherini, Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão, por Neven Mimica, Comissário da Cooperação Internacional e Desenvolvimento e por Karmenu Vella, Comissário do Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas. A Comunicação foi acordada com Frans Timmermans, Primeiro Vice-Presidente da Comissão, a quem incumbe a responsabilidade horizontal pelo desenvolvimento sustentável.

de maneira contínua e estruturada. O apoio através dos Programas Indicativos Nacionais, programas estes adaptados à realidade de cada país e tendo, cada vez mais, em conta as prioridades nacionais, pretendem responder ao desafio da erradicação da pobreza<sup>4</sup>. Neste âmbito, o apoio da UE às políticas de emprego e de proteção social têm merecido a nossa maior atenção visto fazer parte da estratégia mais abrangente da política de Desenvolvimento da UE.

Em 1985, o grupo autodenominado PALOP, constituído pelos 5 países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, solicitaram como grupo o apoio da UE aderindo ao grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico). O primeiro programa de cooperação regional UE-PALOP teve início em 1992. Timor-Leste juntou-se ao grupo dos PALOP em 2007 expandindo-o, deste modo, da África para a região Ásia Pacífico, tendo então o grupo PALOP passado a denominar-se PALOP e Timor-Leste (PALOP-TL).

Apesar da descontinuidade geográfica e dos diferentes níveis de desenvolvimento, todos os Estados Membros do grupo PALOP-TL partilham uma forte identidade linguística e cultural, mas também têm um sistema de governação semelhante (incluindo os sistemas de administração pública, justiça, gestão das finanças públicas, mercados de trabalho e serviços sociais interligados) e mantêm uma longa tradição de contactos e intercâmbios entre si.

Ao contrário dos outros grupos regionais que recebem apoio da UE (ex: SADC<sup>5</sup> e CAO<sup>6</sup>), o grupo PALOP-TL não tem uma personalidade legal como tal, não havendo portanto uma estrutura de gestão permanente ou Secretariado Executivo. Desde 2006, o Ordenador Nacional<sup>7</sup> de Moçambique tem o mandato e a responsabilidade de coordenar a cooperação PALOP-TL com a UE.

A grande coesão política e a apropriação têm caracterizado a dinâmica do grupo PALOP (e mais tarde PALOP-TL) ao longo do tempo. Esta cooperação entre a UE e os PALOP-TL visa promover as relações existentes através do intercâmbio de conhecimentos especializados e de melhores práticas, bem como do reforço da cooperação em domínios específicos de interesse mútuo, em que a língua comum traz um valor acrescentado. Os resultados positivos alcançados durante mais de duas décadas de cooperação PALOP-TL com a União Europeia

---

<sup>4</sup> As alocações dos diferentes Fundos Europeus de Desenvolvimento, através dos Programas Indicativos Nacionais (PIN) atribuídos a cada país PALOP e Timor-Leste, desde 1995 e incluindo os orçamentos indicativos do 11º FED, ascendem a mais de 4.000 Milhões de Euros.

<sup>5</sup> A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral conhecida por SADC, do seu nome em inglês Southern Africa Development Community.

<sup>6</sup> Comunidade da África Oriental, CAO.

<sup>7</sup> Artigo 35º do Acordo de Cotonou, 2000 - "O Governo de cada Estado ACP designará um Ordenador Nacional que o representará em todas as operações financiadas a partir dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento geridos pela Comissão e pelo Banco Europeu de Investimento".

contribuíram para demonstrar a sua relevância como exemplo inovador de cooperação Sul-Sul, a desenvolver em paralelo com a cooperação Norte-Sul.

O princípio fundamental da cooperação UE – PALOP-TL, que celebrou 20 anos em 2012, consiste em reforçar a boa governação nas suas dimensões política, económica, social e cultural e criar condições favoráveis à cooperação e à mobilidade Sul-Sul. Os PALOP-TL estão empenhados em trabalhar em conjunto como um grupo unido, com uma ambição política compartilhada, a fim de aumentarem a coerência e reforçarem os laços entre as suas políticas de desenvolvimento. Tendo como principais objetivos a redução da pobreza e o crescimento inclusivo, as políticas têm de se centrar especificamente nos grupos mais desfavorecidos, constituídos pelos jovens e as mulheres. Procuram pôr em prática o princípio da criação de sinergias entre si, mas também com as políticas da UE e a cooperação para o desenvolvimento. Neste contexto, as perspetivas de ação dos PALOP-TL facilitarão a identificação de soluções comuns para problemas comuns.

#### ***Ações conjuntas – alguns números ilustrativos***

*Alguns dados sobre alocações da UE em Milhões de Euros ao Programa PALOP-TL:*

	<b>7° FED 1990-1995</b>	<b>8° FED 1995-2000</b>	<b>9° FED 2000-2007</b>	<b>10° FED 2008-2013</b>	<b>11° FED 2014-2020</b>	<b>TOTAL Milhões EUR</b>
PALOP	25.00	30.00	0.00	33.10	30.00	<b>118.10</b>

*Fonte: Comissão Europeia*

Através dos 7°, 8° e 9° FED, a UE financiou dois Programas Regionais (PIR PALOP I e II) concretizados no financiamento de 23 projetos setoriais com o objetivo de contribuir para a modernização e o desenvolvimento deste grupo, valorizando as suas especificidades e o seu património económico, institucional, histórico, social e cultural comum.

Em novembro de 2007, os PALOP e Timor-Leste assinaram um Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia, definindo as orientações em matéria de cooperação ao abrigo do 10° FED. O documento proporcionou um novo quadro para a cooperação entre estes parceiros centrada nas dimensões *da governação democrática* enquanto elemento crucial para a redução da pobreza: a governação política, a eficácia governamental, a governação económica e a governação social. Quanto ao 11.º FED, o Programa PALOP-TL estará concentrado em dois setores: i) geração de emprego (incluindo atividades culturais geradoras de emprego) e ii) desenvolvimento de capacidade de governação. O Programa Multianual, que define as modalidades de implementação desta parceria até 2020, será

assinado em Abril deste ano em São Tomé e Príncipe, numa cerimónia que contará com a participação de altos representantes de todos os 6 países que constituem o Grupo PALOP-TL, assim como da UE.

Gostaria de salientar que Portugal foi até agora o único Estado Membro da UE a cofinanciar projetos (com um total de 2,4 Milhões de Euros) no âmbito do programa PALOP-TL.

### **Apoio às políticas de emprego e de proteção social nos países PALOP-TL**

#### ***Contexto nos países PALOP-TL***

A crise financeira afetou indiretamente os PALOP e Timor-Leste - tal como outros países em desenvolvimento - através do comércio internacional. Devido à crescente interligação global a nível dos postos de trabalho, bem como às mudanças tecnológicas que fez diminuir a procura de mão-de-obra, à urbanização, à transição para uma produção e um consumo mais eficientes do ponto de vista energético, os países continuarão a sofrer um desfasamento entre a procura e a oferta de trabalho. Além disso, as lacunas a nível da educação prejudicam o crescimento económico equitativo e a coesão social e impedem muitos países de colherem os potenciais benefícios de terem populações jovens em expansão. O desemprego e as condições de trabalho precárias entre os grupos desfavorecidos e os jovens são provavelmente os aspetos mais visíveis da atual crise de emprego, sendo justamente o desafio, para a maioria dos grupos vulneráveis nos PALOP e Timor-Leste, de melhorar a qualidade do emprego, em vez de aumentar simplesmente a sua quantidade. Nos países em desenvolvimento, em geral, e no grupo PALOP-TL em particular, uma série de fatores importantes, como a globalização, a expansão da população jovem e as evoluções tecnológicas exigem uma resposta urgente por parte do ensino e da formação técnico-profissional, para responder às necessidades de crescimento económico, de equidade social e de desenvolvimento sustentável.

#### ***Contributo da UE nas políticas de emprego e proteção social ao Grupo PALOP-TL***

Com a finalidade de fazer frente a esta situação, no quadro do Programa PALOP-TL foram promovidas atividades específicas no domínio do emprego e da proteção social, como, por exemplo, as protagonizadas através dos projetos de apoio ao sector da saúde e da formação profissional, perspetivando-se no ciclo do próximo 11º FED a focalização no domínio da geração de emprego.

No *sector da saúde* visou-se contribuir para a melhoria da qualificação dos recursos humanos e do acesso a informação e conhecimento em saúde em língua portuguesa. Foram relevantes



as ações de formação de peritos nacionais da saúde dos países beneficiários junto de instituições especializadas portuguesas e brasileiras. Cabe ilustrar a título de exemplo a participação na criação do Centro de Formação Médica Especializada em Cabo Verde (CFME-CPLP), uma agência especializada da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em paralelo, visou-se contribuir para fortalecer e aproximar os *sistemas de emprego e formação profissional* dos PALOP e Timor-Leste, privilegiando uma atuação orientada para a criação de uma aprendizagem comum, disseminação de boas práticas e capacitação dos técnicos e instituições a quem cabe a responsabilidade de conduzir as políticas públicas nestes domínios. Uma primeira vertente centrou-se no apoio ao esforço atinente ao desenvolvimento dos Sistemas Nacionais de Qualificação, uma aposta conjunta destes países e onde são significativos os progressos alcançados, entretanto assumidos como pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento de recursos humanos e de apoio à promoção do emprego. Por outro lado, foram promovidas, entre outras, ações de formação de formadores sobre operacionalização de mecanismos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais), *empreendedorismo* e agronegócios, hotelaria e turismo. Alguns dados concretos sobre os resultados do projeto: i) 15 ações de formação a nível regional de técnicos e dirigentes do sector da formação profissional, ensino técnico e emprego dos PALOP-TL com 253 quadros das organizações nacionais formados; ii) em termos de documentação técnica foram produzidos 2 manuais - um para gestores e outro para formadores; iii) foram produzidos 8 normativas/regulamentação para os Sistemas de Emprego e Formação; iv) no que diz respeito ao apoio à estruturação de Células de inserção no mercado de trabalho - 14 ações de formação inicial de 334 jovens desempregados em agronegócios/empregado de mesa e bar/processamento e comercialização do peixe/empreendedorismo e gestão básica de negócios.

A experiência interessante e com resultados positivos destes últimos anos, a par da vontade manifestada pelos seis países beneficiários, foram vetores determinantes para o futuro enfoque no domínio do emprego.

### ***Futura colaboração – 11º FED***

O objetivo específico da cooperação entre os PALOP-TL e a UE no 11º FED será promover o emprego e reforçar a capacidade de governação a nível institucional através do apoio às reformas e à gestão dos quadros de qualificações profissionais e de ensino e formação profissionais em termos de estruturas e sistemas. A língua comum e as semelhanças entre os

sistemas de governação são o fundamento que permite a definição e o desenvolvimento de sistemas harmonizados de qualificações profissionais, bem como de normas de certificação comuns aos vários países. Além disso, será criado emprego no sector cultural através do apoio às atividades geradoras de rendimentos, à mobilidade dos artistas e das obras de arte entre os países de língua portuguesa.

Nos PALOP e Timor-Leste, a empregabilidade poderá ser significativamente melhorada graças ao ensino e à formação técnico-profissional permitindo uma maior mobilidade do capital humano qualificado. Neste contexto, também é evidente que o investimento na investigação, ciência, tecnologia e inovação constitui um fator importante para a criação de emprego, o crescimento económico inclusivo e a melhoria da competitividade dos países e regiões, beneficiando as pessoas e as sociedades no seu conjunto.

No âmbito desta abordagem, procurar-se-á incentivar a colaboração entre a sociedade civil e os PALOP-TL para o desenvolvimento e a execução do programa, através de processos de consulta mais amplos e inclusivos. Deverão ser instituídas redes e fóruns em diversos domínios de atividades, a título de complemento de outros programas nacionais e/ou regionais existentes.

A UE está muito empenhada neste processo, nomeadamente devido à experiência considerável acumulada nos domínios do reconhecimento das qualificações profissionais e da proteção social. É também de destacar as diferentes experiências dos Estados-Membros da UE e o processo de Bolonha que oferecem uma vasta gama de práticas e de conhecimentos, que podem proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento das capacidades e o apoio às políticas dos países parceiros. Neste contexto, a UE pode facilitar a cooperação Sul-Sul, a partilha de experiências e a congregação das capacidades de investigação.

***Alguns exemplos concretos do apoio da UE a nível bilateral aos países lusófonos em África e Timor-Leste:***

*Em Angola*, a UE lançou recentemente o projeto "Reforçar e Expandir a Proteção Social à População Vulnerável em Angola" de um total de 32 milhões de Euros. O objetivo do projeto consiste em contribuir para melhorar a assistência social à população vulnerável de Angola através de intervenções sistemáticas adaptadas ao contexto nacional. Mais especificamente, o projeto pretende constituir um contributo para melhorar a eficiência e o impacto das intervenções nacionais de assistência social e reforçar a capacidade do Ministério de tutela - o

Ministério de Assistência e Reinserção Social - para elaborar e implementar de forma progressiva o plano de assistência social.

Também em *Angola* está previsto a formulação de um projeto, no âmbito do 11º FED, de apoio à revitalização do sistema de educação e formação profissional, tendo como objetivo central o de contribuir para a redução do desemprego, especialmente do desemprego jovem, através de melhorias na empregabilidade e produtividade do capital humano do país. O problema central que o projeto pretende atacar é a fraca capacidade atual do sistema de ensino técnico-profissional em Angola, para formar quadros técnicos médios e profissionais especializados em número suficiente e com as competências adequadas às necessidades do desenvolvimento económico e social do país. Desta feita, pretende-se melhorar o sistema através de uma maior participação dos empregadores, de uma oferta de formação adequada às necessidades do mercado de trabalho e do fomento de serviços de orientação e formação profissional e emprego, assim como de incentivos ao empreendedorismo, de forma a melhor estabelecer a ponte entre educação e mercado de trabalho.

*Na Guiné-Bissau*, visto a situação muito específica do país, incluindo aspetos de forte fragilidade assim como fases recorrentes de instabilidade sociopolítica, a ação da União Europeia em prol do desenvolvimento do país focalizou-se em 2013 no apoio à iniciativa sobre os ODM, através do apoio à saúde materna e infantil que abrange consultas e tratamentos médicos gratuitos para as mulheres grávidas e as crianças até os 5 anos. Os resultados encorajadores em termos de melhoria do acesso destes grupos aos cuidados básicos de saúde, permitiram ao Governo de decretar em 2014 a obrigação do fornecimento de consultas médicas gratuitas para os grupos mencionados, bem como para os idosos desde os 60 anos.

Um outro programa da União Europeia de destaque na Guiné Bissau é o projeto "UE-SAÚDE" no sector da saúde, cuja implementação iniciou em 2015. Este programa apoia o Governo com vista à criação de um Fundo Autónomo de Gratuidade que garantirá a sustentabilidade financeira dos tratamentos de saúde, mantendo a gratuidade para os grupos-alvo.

*Em Moçambique*, a UE colaborou e contribuiu de maneira intensiva à elaboração e avaliação da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) que foi aprovado em 2010 e vigente até 2014. O objetivo da ENSSB é de operacionalizar o sistema de Segurança Social Básica (SSB) que deve beneficiar as pessoas em situação de pobreza absoluta, crianças em

situação difícil, idosos em situação de pobreza absoluta, pessoas portadoras de deficiência assim como pessoas com doenças crónicas e degenerativas. Em termos de financiamentos diretos, e em complemento ao descrito anteriormente, a UE tem apoiado e apoia as organizações internacionais e nacionais, através de subvenções, cujos objetivos sejam de aproximar os potenciais beneficiários às instituições com responsabilidade de transferências sociais monetárias ou de atendimento de pessoas em situações de pobreza e vulnerabilidade. A UE também financia ações em benefício de crianças, pobres e deficientes financiando o centro de apoio, formações e pequenas atividades empresariais para a inserção no mundo do trabalho, assistência técnica e material para as instituições na divulgação e facilitação do acesso à ENSSB. Nos últimos 7 anos contabilizou-se uma dezena de intervenções, principalmente em Maputo, de um valor total de 10 Milhões de Euros.

*Em Timor-Leste*, a UE financiou o Programa de apoio à "Formação Profissional para Empregos Remunerados", STAGE, da OIT, que tem como objetivo de apoiar as capacidades nacionais a fim de desenvolver e implementar um sistema efetivo de formação profissional, permitindo assim, a geração de recursos através do desenvolvimento de micro/pequenas empresas e emprego remunerado. Tendo em consideração que o projeto começou dois anos após a restauração da independência de Timor-Leste, um dos seus maiores sucessos foi que a assistência técnica da OIT, incorporada na administração nacional de tutela (junto do Secretário de Estado do Trabalho e da Solidariedade e, em seguida, junto ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade), permitiu aumentar substancialmente a capacidade do Governo na administração e gestão da política e programas de emprego. Alguns outros resultados alcançados de interesse: i) 30.000 desempregados assistidos com serviços de orientação na procura de emprego, cursos de formação profissional e cursos de formação de empresas; ii) 3.000 desempregados com acesso a sistemas de microcrédito; iv) um fundo de emprego e formação profissional criado e aprovado por decreto-lei; v) 4 primeiros Centros de Emprego criados.

De salientar igualmente que, visto os resultados alcançados, as iniciativas e atividades do Programa STAGE foram expandidas e integradas nos programas nacionais.

Em paralelo, a UE também financiou em Timor-Leste, desde 2005, várias intervenções baseadas na geração de empregos, particularmente na área da reabilitação e manutenção de estradas rurais, de um valor total de 16 Milhões de Euros. Estas intervenções não só forneceram oportunidades de emprego a curto prazo, como medida de proteção social, para

dezenas de milhares de pessoas, especialmente nas zonas rurais, e para as populações deslocadas devido à crise de 2006/07, mas também contribuiu substancialmente para melhorar o acesso às áreas rurais assim como melhorar a capacidade técnica das empresas locais de construção.

## **Conclusão**

A cooperação da UE com o Grupo PALOP-TL insere-se numa lógica de estratégia de apoio à integração regional num mundo cada vez mais globalizado. A interligação entre os países é fundamental e precisa de ser estruturada para poder ser eficiente e eficaz. Os países que constituem o Grupo PALOP-TL mantêm entre eles um elo importante baseado numa forte identidade linguística e cultural, assim como num sistema de governação semelhante, tornando este grupo regional num motor de desenvolvimento e de coesão com um potencial enorme. Acreditamos que estes vínculos entre os PALOP e Timor-Leste podem constituir um catalisador interessante para a implementação e a realização do novo quadro de desenvolvimento pós-2015, os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*.

Neste contexto a UE está empenhada em facilitar a cooperação Sul-Sul. Dando seguimento às práticas passadas, acreditamos que a partilha de conhecimentos, de experiências e a congregação das capacidades entre os países em desenvolvimento, têm um efeito multiplicador eficaz e proporcionam resultados muito mais sustentáveis do que a que os países mais avançados podem ocasionar.

Gostaria de concluir salientando que o potencial de desenvolvimento de um país depende, em primeiro lugar, do desenvolvimento do seu capital humano. Se este fator não se concretizar, os investimentos internacionais assim como as reformas institucionais terão um efeito muito limitado e certamente pouco sustentáveis. Para garantir a estabilidade social e política é fundamental promover a coesão social sendo para isso as políticas de proteção social e de educação técnico-profissional, instrumentos fundamentais. Estas medidas permitem assim integrar no mercado do trabalho um potencial humano, em especial os jovens e as mulheres, que de outra forma estaria excluída vulnerando o crescimento económico.

Acredito firmemente que o papel da Cooperação ao Desenvolvimento é sobretudo de oferecer uma verdadeira oportunidade de mudança àqueles que são arrastados pela pobreza, conflitos ou opressão. É a afirmação de uma Europa aberta e empenhada nos valores de desenvolvimento, liberdade e solidariedade no seu território e no exterior. Estes valores foram

sempre a base da nossa política de desenvolvimento e continuará a sê-lo no futuro. Sozinhos certamente que contribuímos para melhorar a situação mas nunca conseguiremos alcançar o objetivo final de erradicação da pobreza e de promoção do desenvolvimento, da paz e da prosperidade no mundo. Para lá chegar é necessário uma aliança, uma Parceria Global. Juntos somos muito mais do que a suma das partes. Juntos, se houver vontade política, podemos oferecer às gerações futuras um mundo melhor.

## Bibliografia

1. Tratado de Roma, 1957
2. Acordo de Cotonou, 2000
3. 2014 Annual report on the European Union's development and external assistance policies and their implementation in 2013
4. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU, 17 Novembro 2014, Relatório do Parlamento Europeu sobre a UE e o quadro de desenvolvimento global após 2015
5. Decisão N.º 472/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, 16 de abril de 2014, Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015
6. Comissão Europeia, 2014, Compreender as políticas da UE: Lutar contra a pobreza num mundo em mudança
7. Comunicação UE, 5 Fevereiro 2015: Uma parceria global para erradicar a pobreza e assegurar o desenvolvimento sustentável pós-2015
8. Relatório do EUROBARÓMETRO 2014 - Opinião dos cidadãos antes do Ano Europeu do Desenvolvimento